

A EVASÃO ESCOLAR EM RELAÇÃO AO GASTO POR MATRÍCULA NAS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO SUL DO BRASIL

Maria Christina de Mello Torres
Licenciada em Artes. mchristorres@gmail.com

Paula de Souza Michelin
Doutora em Engenharia de Produção. paula.michelon@ifsc.edu.br

RESUMO

Este artigo objetiva relacionar a evasão escolar com o gasto por matrícula nos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Sul do Brasil. Justifica-se a realização do presente estudo tendo em vista o problema da evasão escolar em relação ao gasto por matrícula no ensino técnico brasileiro e a escassez de informações sobre a temática. A pesquisa foi documental com emprego da análise quantitativa e análise de conteúdo para o tratamento dos dados coletados na Plataforma Nilo Peçanha. Os resultados indicam que houve redução na quantidade de alunos evadidos das Instituições da Região Sul no triênio 2017-2019, porém as taxas de evasão ainda são bastante elevadas sendo que as motivações com maior incidência foram: abandono e cancelamento de matrículas. Os gastos correntes em 2019 sofreram aumento de 12,56% em relação a 2017, compatível com a média da inflação neste mesmo período, de 11,57%. Já o valor gasto por matrícula em 2019 foi de R \$15.362,54, inferior ao gasto por matrícula de 2017, embora tenha havido um aumento na quantidade de matrículas neste mesmo ano. A análise dos dados constitui parâmetros para novas pesquisas e elaboração de novas políticas públicas de acesso e permanência do estudante na escola.

Palavras-chave: Evasão escolar. Gasto por matrícula. Matrícula. Eficiência Acadêmica. Instituição de Ensino.

ABSTRACT

This article aims to relate school dropout with spending per enrollment in the Federal Institutes of Professional, Scientific and Technological Education in Southern Brazil. This study is justified in view of the problem of school dropout in relation to the expense per enrollment in Brazilian technical education and the scarcity of information on the subject. The research was documentary with the use of quantitative analysis and content analysis for the treatment of data collected on the Nilo Peçanha Platform. The results indicate that there was a reduction in the number of dropout students from Institutions in the Southern Region in the 2017-2019 three-year period, and the motivations with the highest incidence were: dropout and cancellation of enrollment. Current expenditures in 2019 increased by 12.56% compared to 2017, compatible with the average inflation in the same period, of 11.57%. The amount spent per enrollment in 2019 was R \$ 15,362.54, lower than the cost per enrollment in 2017, although there was an increase in the number of enrollments in the same year. Data analysis constitutes parameters for new research and the elaboration news of public policies for student access and permanence at school.

Keywords: School dropout, Per-enrollment expenditure, School enrollment, Academic Efficiency, Learning institutions.

1 INTRODUÇÃO

O Governo Federal do Brasil está investindo em políticas públicas para ampliar o ensino profissional por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). De acordo

com a publicação feita no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulgado em 07 de fevereiro de 2020, houve um aumento de 0,6% nas matrículas na educação profissional em relação ao ano anterior em todo país, de acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica 2019. Isso quer dizer que houve um acréscimo de 11.529 no total de 1.914.749 matrículas. Este aumento foi em decorrência de 7,6% na procura por cursos nas modalidades subsequente (cursada após o ensino médio) e 6,6% a mais de estudantes não integrados ao ensino médio. Em contrapartida, nos cursos da educação profissional concomitantes ao ensino médio (cursada em outra instituição) houve uma retração 28,8% das matrículas em algumas modalidades. Nem sempre as políticas existentes conseguem ser eficazes o suficiente para conter a redução do número de matrículas (INEP, 2020).

Segundo os dados da Plataforma Nilo Peçanha foram efetuadas na Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica 513.554 matrículas no ano de 2019. Das matrículas efetuadas 15,5% matriculados se evadiram da rede. Os cursos que apresentaram maiores índices de evasão foram os de Qualificação Profissional de Formação Inicial e Continuada (FIC), com 28,4% de evadidos do total de matriculados.

Para Freitas (2009) o aumento de vagas nas instituições não dá garantia de sucesso e permanência do aluno sem que existam motivações favoráveis à sua permanência. Para que haja um melhor entendimento destes dados e o que de fato ocorre, há necessidade de debruçar sobre este tema, em observância das especificidades dos cursos, o perfil de quem o frequenta, da estrutura curricular, do apoio pedagógico, das questões regionais, entre outros.

Adicionalmente, Silva (2019) pesquisou em 197 dissertações no banco de dados do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) acerca da temática da evasão, sendo que apenas duas se referiam especificamente a evasão nos cursos de educação profissional e tecnológica superior. Tal achado denota a importância do tema, sobretudo devido ao aumento da expansão deste tipo de formação no país.

Conforme reflexão de Silva Filho et al. (2007, p.642), (...) as perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Para (Wilbert; D'Abreu, 2013). (...) a busca pela eficiência da educação está em aprimorar a relação resultados/custos, em outras palavras, buscar maximizar resultados (*output*) e minimizar custos (*input*)

Nesse sentido, este artigo objetiva relacionar a evasão escolar com o gasto por matrícula nas Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Sul do Brasil. Embora tenha um número significativo de matrículas ofertadas, a evasão ainda se faz presente em algumas modalidades de ensino profissionalizante.

Justifica-se a realização do presente estudo tendo em vista o problema da evasão escolar no ensino técnico brasileiro e a escassez de informações sobre a temática. Segundo DORE; LÜSCHER; BONFIM, (2008), embora haja muitas pesquisas sobre o tema, há carência de informações sobre a evasão escolar no ensino profissionalizante brasileiro no que compreende tanto o referencial teórico quanto o empírico e cria dificuldades complementares à pesquisa para a construção de indicadores apropriados à investigação do problema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Evasão Escolar

A evasão é tema recorrente no contexto educacional brasileiro e tem recebido destaque por ser problema enfrentado pelos sistemas de ensino, pela sociedade e pelo Estado. Caracteriza-se por fator que contribui para a diminuição da eficácia da educação no processo de inclusão social, que decorre do afastamento do discente da escola (MEIRA, 2015).

A evasão escolar tem sido foco de várias pesquisas com propósito de compreender, analisar e desenvolver ações para que gestores e professores tenham efetivo sucesso na prevenção e redução do abandono escolar por meio da criação de Políticas Educacionais (SILVA, 2019). Por ser um fenômeno complexo, que envolve vários aspectos, fragilidades e especificidades de cada etapa de ensino, há necessidade de um estudo mais aprofundado, que embase essas ações. O fenômeno do abandono não faz parte do universo escolar, onde o estudante renuncia o direito de estar na escola (SILVA, 2019).

De acordo com os dados compilados do Censo Taxas de Rendimento do portal QEdu (2020) que acompanha o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas públicas e privadas das regiões rurais e urbanas, a evasão no ensino médio contabiliza 6,1% dos alunos matriculados, que não finalizaram o curso. Nas etapas do ensino fundamental e nos anos iniciais também acontece, mas de forma reduzida, que correspondem a 2,4% e 0,6%, respectivamente.

O cenário da evasão pode ser visto como abandono, sem intenção de retorno, uma vez que não seja renovada a matrícula; encerra-se o vínculo existente entre o estudante e a escola. Acontece também quando o discente se matricula, inicia o período letivo, porém desiste do estabelecimento de ensino (REINAERT; GONÇALVES, 2012). Assim, a evasão escolar é multifatorial e pode causar prejuízos não só ao aluno, mas, também a toda sociedade, pois este terá integrante marginal e excluído de uma sociedade letrada e, por consequência, posicionada diante da realidade (FERREIRA; OLIVEIRA, 2020).

Evasão escolar não significa necessariamente abandono; há de distinguir o significado e as relações que o indivíduo estabelece com cada problemática. O termo “abandono escolar” tem um peso grande quando consideramos o aluno como o único responsável pela saída da instituição, tornando um ato “solitário”. A saída envolve outras questões como a escola, a família e a relação de trabalho, que acabam influenciando na decisão (SILVA; PELISSARI; STEINBACH, 2013).

2.2 Motivos para Evasão Escolar

A motivação para evasão escolar na educação profissional vem sendo investigada nos diferentes aspectos de sua ocorrência. Pesquisas apresentam motivos atribuídos a fatores como: questões socioeconômicas, institucional/aprendizagem e outras questões intrínsecas e inerentes às justificativas (DORE; LÜSCHER, 2011; SILVA; DORE, 2011; RUMBERGER, 2011; FREDENHAGEM *et al.*, 2012; SANTOS; GIRAFFA, 2013; SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2013).

Conforme Dore e Lüscher (2011, p. 4):

A evasão escolar tem sido associada a situações muito diversas. Pode-se referir à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição; à saída do aluno do sistema de ensino; a não conclusão de um determinado nível de ensino; ao abandono da escola e posterior retorno. Abrange indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, bem como o estudante que conclui uma etapa do ensino, mas se comporta como um “dropout”.

Ainda de acordo com Dore e Lüscher (2011), a evasão pode ser observada de maneiras diferentes, por estudantes, instituições e sistemas educacionais. Para o estudante, é apenas uma saída temporária e o retorno mais tarde; para escola, da mesma forma; para o sistema, o retorno mais tarde significa investir em políticas públicas de inclusão do indivíduo, adotando alternativas de retorno, como Educação de Jovens e Adultos e escolas de segunda oportunidade. Para o estudante, o abandono, embora temporário, ainda é uma alternativa de retorno mais tarde, não entendido como problema.

A plataforma QEdu (2020), que faz a análise dos dados compilados pelo Censo Escolar, considera a ocorrência de evasão escolar quando o aluno não apresenta mais interesse de frequentar a escola ou quando é retido no ano letivo, não fazendo matrícula no próximo ano, dando continuidade aos estudos. Aponta a plataforma que dentro dos fatores que propiciam o abandono

está a necessidade de trabalhar, problemas relacionados à saúde, dificuldade de aprendizagem, problemas com o transporte, não encontra atrativo na escola, falta de apoio familiar entre outras.

A evasão é analisada nas diferentes perspectivas e diferentes sujeitos, Dore e Lüscher (2011), em pesquisa da evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais indicaram a importância de considerar na análise e compreensão do problema da evasão as dimensões envolvidas com sujeito, escola e sistema de ensino. As motivações apresentadas na perspectiva do sujeito estão relacionadas ao nível de escolaridade dos pais, renda familiar e estrutura da família e como se dá a relação dos pais com os filhos, e da família com a escola, sendo a relação que o aluno estabelece com a comunidade e com os amigos a maior motivação que levam ao sucesso ou o fracasso dos estudantes durante o seu percurso formativo. Na perspectiva da escola estão as condições estruturais da escola, composição do corpo discente, os recursos escolares, a estrutura de funcionamento e a estrutura pedagógica, de forma isolada ou inter-relacionadas, desdobram-se em outras motivações que levam a evadir da escola. Os autores ressaltam que os motivos que levam a evasão são muito complexos, que devem ser vistos nas particularidades das suas dimensões e nas inter-relações estabelecidas.

Conforme estudo de Rumberger (2011), as relações que o indivíduo estabelece dentro e fora da escola influenciam na decisão de deixar ou não a instituição. A decisão de evadir é motivada por um conjunto de fatores relacionados ao estudante, família, escola e comunidade, atuando de forma isolada ou na junção de outros motivos. A relação que o estudante estabelece com a escola, com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar, sua relação de pertencimento ou não a escola, de forma como ele lida com estas dimensões, são um fator determinante dele continuar ou não na escola.

Silva e Dore (2011) relataram as mudanças adotadas pelo governo de Minas Gerais nas políticas educacionais, no período compreendido entre 1996 a 1997 acerca do processo de extinção da formação profissional de nível médio da rede estadual, e implantadas após 1997. Segundo os dados obtidos pela Secretaria de Educação de Minas Gerais referentes à evasão do Programa de Educação Profissional (PEP) as principais justificativas são necessidade do emprego, desinteresse e sem explicação, não deixando claro o que motivou a desistir. Tais informações ressaltam a necessidade de estudar e compreender o fenômeno da evasão, pois sem a conclusão da formação profissional, o indivíduo não obtém qualificação para ser inserido no mundo do trabalho.

Silva, Pelissari e Steimbach (2013) definem que há uma preocupação por parte dos estudantes na transição para uma nova etapa do ensino, a profissionalização e a entrada ao mundo do trabalho. Isto ocorre devido às constantes mudanças e a exigência em atender novas demandas do mercado de trabalho, processos de produção, novas tecnologias, as quais exigem cada vez mais capacitação. Considera-se nessa etapa a escola como a mola propulsora para uma projeção pessoal e profissional futura, cabendo aí o investimento de tempo e estudo e sua permanência na escola. O que interfere na decisão do abandono é a falta de clareza nas informações na hora da escolha dos cursos técnicos.

Santos e Giraffa (2013), buscaram conhecer e entender as variáveis relacionadas ao estudo sobre o abandono na Educação Superior na Educação à Distância a partir da interlocução com os alunos. Como resultado apresentaram um sistema integrado para realização do Censo da Educação Superior, incluindo uma parcela desse grupo para olhar a Educação a Distância. Esse sistema envolve o olhar da instituição, dos docentes e dos estudantes ativos e que abandonaram seus estudos. Os autores partem de pressupostos de que estudar as causas da evasão e os motivos que levam aos estudantes a permanecer, reduz o risco da evasão e favorece sua permanência.

2.3 Evasão Escolar na Rede Federal de Ensino

A escassez de estudos acerca da evasão na rede federal de ensino motivou pesquisadores na realização de estudos empíricos (FREDENHAGEM *et al.*, 2012; SILVA *et al.*, 2012; MEIRA, 2015). Contudo, nenhum deles relacionou os gastos com matrícula e evasão escolar da Instituição.

Fredenhagem *et al.* (2012) realizou uma pesquisa com cursos técnicos e superiores do Instituto Federal de Brasília com objetivo de ter uma visão da quantidade de alunos evadidos da

instituição e propor intervenção no sentido de prevenção e permanência dos estudantes nos cursos oferecidos pela instituição. Por meio de dados obtidos em maio de 2014, o índice de evadidos do curso superior foi de 59,63%, e no nível técnico de 55,35%, sendo que no total de cursos observados, obteve-se o índice 56,35% de evasão. Foram ouvidos 282 alunos dos cursos de formação inicial e continuada, que apresentaram como causa central, o trabalho, conciliação com outro curso/ estágio; ingresso em outro curso; opção por outro curso, distância/ engarrafamento/ transporte/ acesso/ trânsito, entre outros. A partir dos dados obtidos na pesquisa, propuseram grupos de trabalho compostos por docentes e técnicos, com intervenção local e elaboração de programas que venham de encontro às necessidades de atendimento, que favoreça a inclusão.

Silva *et al.* (2012) investigaram o motivo da evasão de alunos ingressantes em 2005 na Universidade Federal do Piauí, no curso de Licenciatura Plena em Educação Física. Dados de 2005 apontaram um índice de evasão de 48,55%, enquanto a taxa de diplomação correspondeu a 28,8%. Dentre os motivos alegados pelos estudantes: 45,4% se decepcionaram com o curso; 36,7% realizaram outro curso concomitante ao de educação física; 9,1% baixa expectativa profissional (remuneração); e 9,1% exerceram atividades remuneradas no horário das aulas. Ainda sobre os alunos evadidos, cabe salientar que 27,3% desligaram-se do curso antes de iniciar o quarto período, sendo que 72,7% desistiram após o quarto período.

Meira (2015) procurou analisar e compreender a evasão nas turmas do curso técnico em ferrovias dos ingressantes dos períodos de 2006 a 2014, na modalidade concomitante ao ensino médio, ofertados pelo Campus de Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo. Com os dados dos 127 alunos evadidos, foi feito um levantamento nas suas fichas acadêmicas para delinear o perfil do aluno existente, observou que o percentual de alunos evadidos variava de acordo com o turno diurno e noturno, considerando que a oferta de vagas maior era para o noturno. De acordo com as entrevistas feitas com os estudantes elencados, destacam-se os principais motivos que os levaram a desistir do curso foram a falta de perspectiva de ingresso ao mercado de trabalho na área de formação, dificuldade de conciliar horários da aula com o trabalho devido o distanciamento, entre outros.

Cabe ainda citar: “(...) o fenômeno “evasão” é único em todo o país, em todas as instâncias, mas suas causas nem sempre (...) cada região merece atenção especial, por meio de olhar atento, pois o mesmo tema apresenta faces diferentes em cada contexto, exigindo medidas diferentes, portanto” (FREDENHAGEM *et al.*, 2012, p.70). Torna cada situação, cada ator envolvido, cada local, único e específico, em suas decisões.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa analisou os dados referentes a estudantes evadidos entre os anos de 2017, 2018 e 2019, nos cursos ofertados pelos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológicas da Região Sul do Brasil. Tais foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha.

Esta pesquisa utilizou informações a respeito do número de alunos matriculados, taxa de evasão, motivações da evasão, taxa de eficiência acadêmica, gastos por matrículas, gastos por matrículas dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológicas da Região Sul e do Brasil.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa e de fontes bibliográficas que possibilitou constatar números quanto à evasão dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológicas da Região Sul. O número de matrículas foi obtido por meio da soma de alunos em curso, mais alunos concluintes, mais alunos evadidos.

Quanto à taxa de evasão da região sul, foram utilizados os dados contidos na plataforma. Sobre os dados da tabela “Motivos da Evasão”. Foram utilizados os dados do total de evadidos do ano. No que se refere à tabela “Total de Alunos”, correspondente aos anos, é o resultado da soma de todas as motivações daquele ano.

Quanto à Eficiência Acadêmica, foram utilizados os indicadores de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto, acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos e alunos evadidos, em ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano

de referência, conforme os dados publicados na Plataforma, de cada Instituto Federal da Região Sul.

Na tabela “Planilha de Gastos por Matrícula” os dados foram coletados na Plataforma. A tabela “Gastos por Matrícula da Região Sul” se refere a soma de todos os Institutos da região sul e de todos os Institutos no Brasil. As informações dos gastos correntes por matrículas estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Detalhamento dos gastos correntes por matrícula

GASTOS CORRENTES POR MATRÍCULA					
Gastos Correntes por Matrícula	Gasto Totais	Gastos Correntes	Inativos e Pensionistas	Investimentos	Inversão Financeira
Representa a soma de todos os gastos, exceto os que envolvem inativo e pensionistas, investimentos e inversão financeira. Dotações destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive para atender a obras de conservação e adaptação de imóveis, serviços terceiros, pessoal e encargos, material de consumo, etc	É a soma dos gastos correntes, gastos com pagamento de inativos e pensionistas, investimentos financeiros e inversão financeira	Representa multiplicação entre gastos correntes por matrículas e total de matrículas do ano.	São as despesas orçamentárias com pessoal inativo e pensionistas relativas a proventos das aposentadorias e pensões, conforme estabelecido por lei	Despesas efetuadas com planejamento e execução de obras aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	Inversões financeiras – são despesas com a aquisição de imóveis bens de capital já em utilização (já construídos); de bens para revenda; constituição ou aumento de capital de empresas; concessão de empréstimos

Fonte: Elaboração própria.

Levando em consideração que os dados de matrículas tirados da Plataforma, utilizam os dados de matrículas equivalentes, quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.

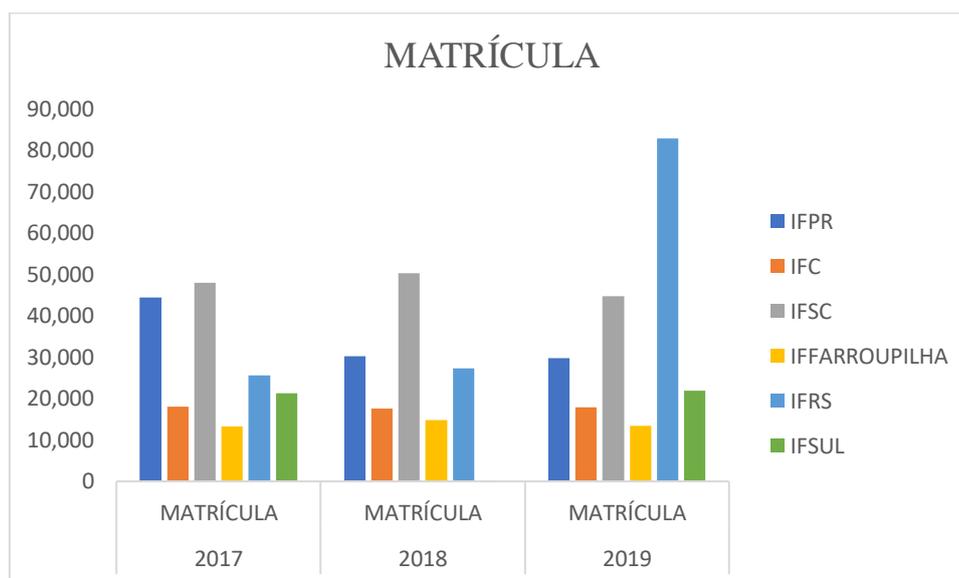
Foi utilizado o índice IGP-M (FGV) do Banco Central do Brasil, para deflacionar os valores dos gastos correntes e gastos por matrícula.

Definidos os parâmetros da pesquisa, deu-se início à quantificação do número de estudantes. A partir dos dados coletados foi possível perceber a dimensão e como se apresenta em cada Instituto. Conforme descreve Dore (2013), a evasão tem uma natureza multifacetada, a decisão de sair da instituição é apenas o ato final, de um processo que se constrói e manifesta de várias formas, imperceptível ou não, manifestando ao longo da trajetória acadêmica do indivíduo. Cabendo a investigadores identificar os fatos, sugerir ações que possam reduzir o ato da evasão.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Gráfico 1 apresenta a coleta de dados feita nos Institutos Federais da Região Sul, tendo como base os dados fornecidos e publicados pela Plataforma Nilo Peçanha nos anos compreendidos entre 2017 a 2019. São evidenciados os quantitativos de matrículas por Instituto, observando-se variação nos valores apresentados.

Gráfico 1 – Números de matrículas das Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Sul do Brasil



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2017; 2018; 2019).

No ano de 2017 foram efetuadas 170.573 matrículas, em 2018 164.685 matrículas e em 2019 foram efetivadas 210.732. No comparativo de matrículas efetuadas nos anos de 2017 e 2019, observou aumento na quantidade de matrículas em 2019. Porém no período compreendido entre os anos de 2017 e 2018, houve redução do quantitativo de matrículas no ano de 2018.

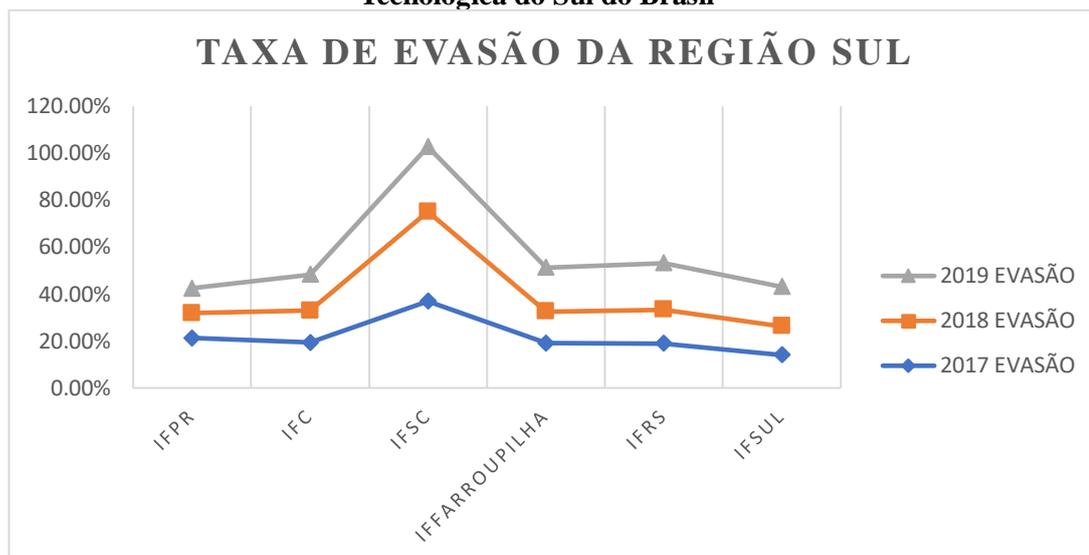
O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) foi o instituto que apresentou maior número de matrículas efetuadas em 2019, comparado aos demais institutos do núcleo da região Sul. O IFRS teve uma demanda de matrículas de 202,99% a mais em 2019, comparadas às matrículas efetuadas em 2018. O Instituto que apresentou crescimento moderado no número de matrículas em 2019, foi Instituto Federal Catarinense (IFC), apresentando 2,41% do total de matrículas efetuadas.

Ainda em relação a 2019, o Instituto Federal que obteve maior redução de matrículas, foi Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), reduzindo em 11,15% o número de alunos matriculados, contabilizando 5.611 matrículas a menos do que o ano de 2018. A motivação da redução de ofertas de matrícula nos cursos de qualificação profissional/FIC, de curta duração, se deve pela priorização da abertura de novos cursos técnicos e superiores, conforme previsto no Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) e publicado no site da instituição. Cabe ainda ressaltar que o Campus Florianópolis foi a unidade de ensino com o maior número de matrículas (7.269), tendo o curso técnico sido mais procurado, com 38,1% das inscrições (IFSC, 2017; 2018). Em seguida, vem o Instituto Federal de Farroupilha com redução de 10% do total de alunos matriculados; Instituto Federal Sul-riograndense (IFSUL) com diminuição de 0,89% do total de matriculados.

Ainda em relação aos dados apresentados pelo INEP (2010), houve um incremento de 48,79% no comparativo a 2018 no total das matrículas efetuadas. Sendo que o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) foi o Instituto que melhor contribuiu para esse crescimento. Cabe observar que, embora tenha havido um aumento global nas matrículas dos Institutos Federais da Região Sul, nos microdados apresentados este crescimento não fica evidente. Há uma redução significativa em alguns Institutos/Campi, explicitado a necessidade de uma investigação mais detalhada.

O Gráfico 2 se refere ao percentual de alunos dos Institutos Federais da Região Sul que evadiram da instituição sem concluírem o curso. Os dados foram colhidos da Plataforma Nilo Peçanha, onde constam os dados da taxa de evasão, considerando a soma do conjunto das seguintes motivações: abandono do curso, cancelamento da matrícula, desligamento da Instituição, reprovado, transferência interna e transferência externa.

Gráfico 2 – Taxa de evasão dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Sul do Brasil



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2017; 2018; 2019).

Os dados analisados correspondem ao triênio de 2017 a 2019, que apresentaram o percentual de 24,00%; 20,05% e 19,04%, respectivamente, considerando o total de alunos evadidos das Instituições do Sul. Em observância aos valores apresentados no intervalo de 2017 e 2019, percebe-se uma redução de 4,96% no total de alunos evadido. Considerando os anos de 2019 e 2018 observou-se um decréscimo na taxa de evasão 1,01%.

As Instituições que apresentaram redução nas taxas de evasão do ano de 2019, tomando como ano de referência 2017 foram: IFPR com (-10,50%); IFSC (-9,30%); IFC (-3,90%) e IFFarroupilha com (-0,30%). Embora tenha havido uma redução significativa no quantitativo de alunos evadidos, ainda há um percentual elevado de alunos que deixaram de finalizar o curso. A motivação apontada como a maior incidência foi abandono 78,69% abandono escolar e desligamento 21,31% da instituição. Em contrapartida, IFSul e IFRS registraram um aumento de 2,95% e 1,00%, respectivamente em 2019, em relação a 2017.

Faz-se necessário relacionar também as modalidades de cursos profissionalizantes oferecidas pelas Instituições analisadas, que obtiveram os maiores percentuais de evasão. O curso de Qualificação Profissional (FIC) teve destaque com 44,1%; 37,7% e 27,4% de evasão, nos anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

Para contribuir com a análise da evasão, exibe-se a Tabela 1 com o conjunto de motivações ocorridas nos anos de 2017, 2018 e 2019 nos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Sul do Brasil.

Tabela 1 – Quantitativo dos motivos da evasão nos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Sul do Brasil

MOTIVOS DA EVASÃO – REGIÃO SUL			
MOTIVOS	2017	2018	2019
ABANDONO	19.527	12.874	13.950
DESLIGADO	15.115	14.693	17.354
REPROVADO	6.190	4.722	7.673
TRANSFERÊNCIA EXTERNA	1.968	1.979	2.190
TRANSFERÊNCIA INTERNA	45	42	19
CANCELADA	298	287	185
TOTAL DE ALUNOS	43.143	34.597	41.371

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2017; 2018; 2019).

A partir da Tabela 1 pode-se destacar as três motivações que apresentam maior reincidência são elas: abandono, desligamento e reprovação. As demais, não menos importantes, mostram-se na tabela em menor quantidade.

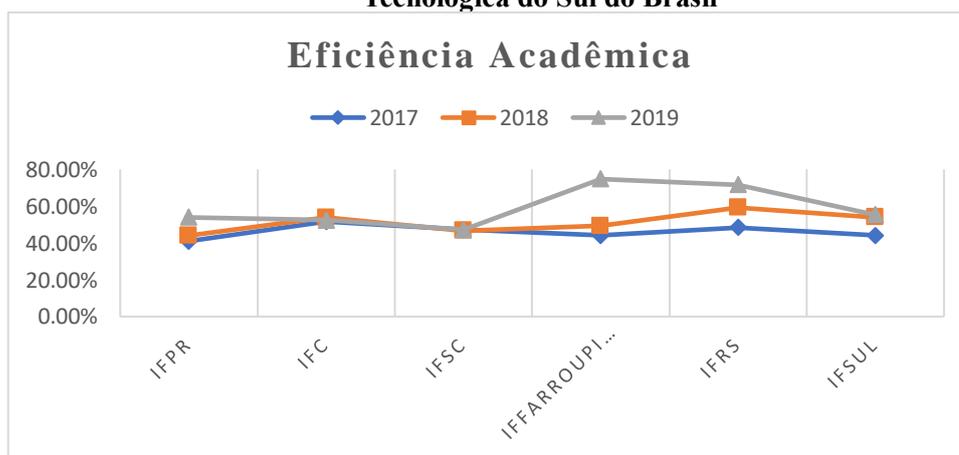
Se de um lado cabe a decisão do aluno de permanecer ou não na instituição, do outro, cabe à Instituição de Ensino propiciar sua permanência. Para Narciso (2015) não há dúvida quanto aos fatores internos e externos a escola que interferem na decisão de permanecer ou não na instituição. Faz uma reflexão de qual seria a parcela de responsabilidade do aluno, da instituição, da família e sociedade. O que tem sido feito e o que pode ser feito por parte da instituição para enfrentar os fatores internos e externos à escola.

Sob esta perspectiva, Dore e Lüscher (2011), em pesquisa sobre a evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais, conseguiram vislumbrar motivações que nos dão indicativos para entender o que leva o sujeito a evadir. As motivações apontadas sob a ótica do sujeito podem estar relacionadas ao nível de escolaridade dos pais, a fonte de renda, a estrutura familiar, como se estabelece a relação dos pais com os filhos, da família com a escola, a relação que o aluno estabelece com a comunidade, entre outras. Sob a perspectiva da escola estão as condições estruturais, composição do corpo discente, os recursos escolares, a estrutura de funcionamento e a estrutura pedagógica.

Ainda conforme Dore e Luscher (2011) cabe ainda afirmar que há uma dificuldade conceitual sobre a evasão, para identificar as principais causas de evasão estudantil no ensino técnico somam-se as dificuldades existentes no campo empírico.

Adicionalmente, o Gráfico 3 apresenta os dados da relação da Eficiência Acadêmica da Região Sul nos anos de 2017, 2018 e 2019. A taxa de Eficiência Acadêmica mede a razão entre o número de concluintes e o número total de matrículas, nas quais estão inclusos concluintes, evadidos e retidos, sendo que a soma destes deve resultar na totalidade (100%). O cálculo tem como base o “ciclo de matrícula”, que envolve a oferta de um curso com mesma data de início e mesma previsão de término, para obtenção de uma mesma certificação ou diploma, considerando a situação da matrícula (Conclusão do ciclo, Evasão do ciclo e Retenção do ciclo), tomando como referência o ano anterior ao ano de referência.

Gráfico 3 – Eficiência acadêmica das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Sul do Brasil



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2017; 2018; 2019).

Nos dados evidenciados no Gráfico 3 se destaca a elevação positiva da taxa de Eficiência Acadêmica no ano de 2019. Comparando às taxas de 2017, esta diferença se torna mais evidente. As Instituições que tiveram as maiores altas em 2019 foram: IFFarroupilha (30,60%); IFRS (23,20%); IFPR (13,00%); IFSul (11,20%) e IFC (0,80%) a mais do que 2017. O mesmo não aconteceu com IFSC, que em 2019 apresentou a mesma taxa de 2017.

O IFFarroupilha no ano de 2017 teve a taxa de eficiência acadêmica em 44,10%, a quinta maior em escala decrescente dos institutos da Região Sul. Em 2019 esse mesmo Instituto

apresentou taxa de 74,70% de eficiência acadêmica. Em análise dos dados, observou-se que os motivos que contribuíram para que isso acontecesse foi o aumento de 21,34% na taxa de conclusão, redução de 4,1% de alunos retidos e redução de 28,93% dos alunos evadidos.

No conjunto das variáveis de 2019, conclui-se que os resultados estatísticos se apresentam maiormente na média. Porém, ao analisar os dados detalhados, tem-se uma maior compreensão do que ocorreu. O IFPR atingiu a taxa de eficiência acadêmica 54,00%, onde 46,59% concluíram, 39,62% evadiram e 13,79% de alunos foram retidos. O ganho real da instituição foi 46,59% que concluíram e perda de 53,41% de evadidos e retidos. Na realidade, houve mais perda do que ganho para instituição, embora os números nos mostrem eficiência. O IFSul teve taxa de eficiência acadêmica de 55,30%, porém em análise ao somatório de dados que levaram a este resultado: 42,94% de alunos que concluíram, 34,65% evadiram e 22,41% foram retidos. Somando-se o percentual de alunos evadidos e retidos, resulta uma perda para a instituição de 57,06%, comparada a 42,94% dos alunos que concluíram.

Entre os Institutos da região sul, nos anos de 2017, 2018 e 2019, a taxa de evasão apresentou aumento. A maior incidência aconteceu nos anos de 2017 e 2018, com taxas de 52,25% a 49,9%, superior à quantidade de alunos que concluíram o ciclo, 43,64% e 45,58%, respectivamente. Perdeu-se no percurso do curso um número expressivo de alunos, superior a quantidade de alunos que finalizaram o curso.

Em 2019, o cenário apresentou uma melhora, superando as expectativas dos anos anteriores. Houve uma elevação da taxa de conclusão (51,93%) e uma redução significativa na quantidade de alunos evadidos (39,88%). Quanto à reprovação neste ano, a taxa foi de 8,19%, superior aos anos anteriores (4,11 e 5,33%).

Tabela 1 – Eficiência Acadêmica e Ciclo de Maior Incidência

EFICIÊNCIA ACADÊMICA			
EFICIÊNCIA ACADÊMICA	2017	2018	2019
BRASIL	46,90%	48,20%	53,10%
REGIÃO SUL	45,50%	49,90%	56,60%
CICLO DE MAIOR INCIDÊNCIA			
CICLOS COM MAIOR INCIDÊNCIA	2017	2018	2019
BRASIL	EVASÃO 49,49%	EVASÃO 49,09%	CONCLUSÃO 48,32%
REGIÃO SUL	EVASÃO 52,25%	EVASÃO 48,43%	CONCLUSÃO 51,92%

No que se refere a tabela 1, podemos observar no triênio a evolução das taxas da Eficiência Acadêmica não só na região sul como nos demais Institutos do Brasil, onde a região sul em 2019 teve um melhor desempenho. Tendo como motivação para o aumento, a elevação na taxa do ciclo de conclusão, superior ao que foi apresentado pelos demais Institutos do Brasil.

Embora tenha havido uma melhora no quantitativo de alunos que finalizaram o curso em 2019, ainda permaneceu uma perda significativa de alunos evadidos. Observa-se uma criticidade maior, quando acrescido ao número de alunos retidos. Com relação aos valores apresentados dos estudantes que concluíram, evadiram e foram retidos no ano de 2019, a taxa de conclusão atingiu 51,93%, superior aos demais anos. porém distante da meta estabelecida na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (2011 – 2020):

11.11 elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte);

11.12 elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;(BRASIL,2014).

Por ser um fenômeno complexo, que envolve vários aspectos, fragilidades e especificidades de cada etapa de ensino, há necessidade de um estudo mais aprofundado, que embase essas ações. O fenômeno do abandono não faz parte do universo escolar, onde o estudante renuncia o direito de estar na escola. (SILVA, 2019).

Para Dore e Lüscher (2011) a evasão deve ser analisada de diferentes perspectivas, pelo olhar do aluno, sob a ótica da escola e da instituição. Para o estudante pode ser uma saída temporária e retorno mais tarde, não visto como problema; para escola, saída e oportunidade de retorno; e para o sistema é uma perda, pois gera um investimento em políticas públicas de inclusão para oportunizar a inserção novamente na vida acadêmica.

A evasão escolar é fenômeno que rompe com as expectativas do aluno e da família na melhoria da condição econômico-social, já para escola, há uma ruptura no investimento em qualificação e experiências de aprendizagem.

A Tabela 2 apresenta o total de gastos por matrículas. Tais valores são obtidos por meio da soma de todos os gastos da instituição (inativos/pensionistas, investimentos e inversões financeiras, e precatórios) pelo total de matrículas equivalentes das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Sul do Brasil.

Tabela 2 – Gastos por matrículas da Região Sul e do Brasil

Região/ País	2017			2018			2019		
	GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA 2017	MATRÍCULA EQUIVALENTE 2017	GASTO CORRENTE 2018	GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA 2018	MATRÍCULA EQUIVALENTE 2018	GASTO CORRENTE 2018	GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA 2019	MATRÍCULA EQUIVALENTE 2019	GASTO CORRENTE 2019
Região Sul	16.944,33	123.773	2.097.251.816,00	15.486,85	146.231	2.264.649.966,00	15.362,54	156.136	2.398.638.251,07
Brasil	16.058,97	819.434	13.159.266.317,00	15.725,66	896.034	14.090.724.220,00	15.741,98	948.914	14.937.779.515,43

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2017; 2018; 2019).

Os dados da Tabela 2 foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha. No ano de 2019, foram investidos em gasto corrente por matrícula em todos os Institutos Federais no Brasil, R \$15.741,98, por estudante matriculado, sendo efetuadas 948.914 matrículas a um custo total de R \$14.937.779.515,43 de gastos correntes. Se compararmos o referido ano a 2017, observamos que houve aumento na verba de gastos correntes de R \$1.778.513.198,43 no ano de 2019. Essa diferença se deve a 129.480 matrículas efetuadas a mais em 2019.

Embora tenha havido aumento na verba dos gastos correntes em 2019, se for aplicada a deflação no triênio, este valor é inferior 15,15% ao que deveria ser pago neste ano, R\$17.202.074.307,38. Já o gasto por matrícula atualizado é de R\$ 18.128,74, inferior ao que foi pago.

Sendo que em 2019, foi destinado dos gastos totais 84,33% para pagamento de pessoal, gasto superior ao de 2017 que comprometeu 78,8% para mesma destinação orçamentária.

Tabela 3 – Gastos por matrículas nos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Sul do Brasil

PLANILHA DE GASTOS POR MATRÍCULAS										
		2017			2018			2019		
UF	INSTITUTO	GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA 2017	MATRÍCULA EQUIVALENTE 2017	GASTO CORRENTE 2018	GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA 2018	MATRÍCULA EQUIVALENTE 2018	GASTO CORRENTE 2018	GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA 2019	MATRÍCULA EQUIVALENTE 2019	GASTO CORRENTE 2019
PR	IFPR	14.460,65	22.787	329.519.796,00	13.651,24	26.934	367.686.809,00	12.487,02	32.611	450.121.695,98
SC	IFC	17.677,16	18.540	327.727.858,00	18.540,83	18.448	342.049.243,00	18.372,06	19.726	395.159.378,55
SC	IFSC	15.266,90	31.062	474.215.294,00	13.167,57	38.520	507.218.003,00	13.861,06	38.055	614.667.225,82
RS	IFFARROUPILHA	19.783,35	13.076	258.682.017,00	19.886,24	13.918	276.767.153,00	19.438,41	14.974	317.182.250,01

RS	IFRS	17.654,54	20.517	362.213.053,00	16.558,27	24.242	401.407.599,00	15.177,21	27.954	466.052.617,68
RS	IFSUL	19.384,79	17.792	344.893.798,00	15.289,76	24.168	369.521.159,00	16.927,04	22.816	467.951.386,04

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2017; 2018; 2019).

Nos Institutos Federais da Região Sul em análise, o total de gasto corrente de 2019 foi de R\$ 2.398.638.251,07, comparado ao que foi gasto com matrículas em 2017, observa-se aumento de R\$ 301.386.435,07 no valor total dos gastos correntes naquele ano em decorrência ao aumento de 32.363 de matrículas. Ainda sobre a Região Sul, observa-se que os que mais apresentaram aumento nos gastos correstes em 2019 comparados a 2017 foram IFPR 36,60%; IFSul 35,68%; IFSC 29,62%; IFRS 28,67%; IFFarroupilha 22,61% e IFC 20,58%.

Em observância aos gastos correntes por aluno matriculado, foi constatado que no ano de 2019 o IFFarroupilha foi o instituto que apresentou o gasto de R\$ 19.438,41 por matrícula, não diferente, nos anos de 2017 e 2018. Ainda sobre o IFFarroupilha, é importante ressaltar que o gasto por matrícula da instituição é superior à média dos gastos correntes por matrícula dos Institutos da região sul, ao custo de R\$16.944,33 a per capita.

Os Institutos que apresentaram os menores gastos nos anos de 2017, 2018 e 2019, foram: IFPR R\$14.460,65; IFSC R \$13.167,57 e IFPR R \$12.487,02, respectivamente.

O IFPR vem apresentando uma evolução crescente na taxa de evasão no período de 2017 a 2019, sendo no último ano; 9.404 alunos que não finalizaram o curso na instituição. O custo por aluno matriculado é R\$ 12.487,02, multiplicado ao número total de alunos evadidos, a instituição investiu R\$ 117.427.936,08. Esse investimento este que foi feito e não pode ser aplicado, com a saída antecipada da instituição, sem que pudesse proporcionar retorno educacional e de melhoria de qualidade de vida ao aluno. Um investimento alto, pois envolvem custos para manutenção, material de expediente, contratação de terceirizados, de limpeza e manutenção, salário de professores e funcionários, água, luz, mobiliário, materiais de apoio pedagógico e de tecnologia, entre outros.

Tabela 4 – Gastos Correntes por Matrículas e Evasão Escolar

GASTOS CORRENTES POR MATRÍCULAS E EVASÃO									
Região	2017			2018			2019		
Região Sul	GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA 2017	EVASÃO	GASTO CORRENTE 2017	GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA 2018	EVASÃO	GASTO CORRENTE 2018	GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA 2019	EVASÃO	GASTO CORRENTE 2019
		R\$16.944,33	43.143	R\$731.029.229,19	R\$15.486,85	34.597	R\$535.798.549,45	R\$15.362,54	41.371

No que se refere a tabela 4, onde apresenta os gastos correntes de 2017, 2018 e 2019 nos Institutos da região sul, se levar em consideração o gastos correntes por matrícula aplicado ao número de alunos que evadiram, fica evidente a proporção de gasto corrente dispendido que haja retorno.

A gestão financeira dos gastos correntes por matrículas e determinação dos custos por matrículas torna-se eficaz para uma gestão mais eficiente. Considerando que os Institutos Federais trabalham com aplicação de recursos públicos, se faz necessário um constante controle e avaliação destes recursos, de forma a ajustar, corrigir e organizar os gastos, colocando de maneira que possa ser evitando o desperdício e na melhoraria as atividades afins. A sociedade demanda não só a efetividade dos recursos públicos, mas também a transparência o que se torna possível, por meio do monitoramento e avaliação permanente do sistema, transformando a gestão mais eficiente e eficaz, com vistas a contribuir na redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população (COSTA, 2018).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165 cria instrumento de planejamento e orçamento a serem observados pela Administração Pública: Lei orçamentária (LOA) é o orçamento do Brasil, que é elaborado anualmente que estabelecendo receitas e despesas para o ano seguinte. Ela é feita pelo Ministério da Economia até o mês de agosto e precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional, Plano Plurianual (PPA) é o plano que define as diretrizes para os gastos do país em um período de quatro anos. Estarão definidos neste plano os principais pontos de atuação do governo brasileiro, se o Governo irá priorizar projetos na educação, saúde, infraestrutura etc. , e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é anual e estabelece as metas e prioridades para o ano seguinte. Definindo onde o governo pode aumentar despesas, estabelece limites para gastos, indica prioridades de financiamento, entre outros. Tudo considerando os projetos prioritários estabelecidos anteriormente no PPA. – possibilita a maior eficácia na utilização destes recursos, de acordo com os anseios da sociedade (BRASIL, 1988). Esses instrumentos que tem a função relevante no sistema de planejamento das ações da gestão pública e governamental, pois obriga os administradores públicos a definir, quais programas previstos no plano serão contemplados e quanto se pretende realizar. Representando um papel cada vez mais importante na organização das finanças públicas, sendo um instrumento útil e eficiente para o sistema de planejamento, orçamento e gestão da administração pública.

Nesse contexto, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (SETEC) foi criada, em meados de 2003, contratou consultoria especializada para o desenvolvimento e a implantação de Sistema de Informações Gerenciais – SIG, no Ministério da Educação – MEC, com alcance em toda a Rede Federal de EPT. Com objetivo de viabilizar de forma prática e transparente o gerenciamento dos dados e indicadores resultantes da ação educativa empreendida no âmbito dos Institutos Federais de Educação e Tecnologias, permitindo também, em tempo real, essas instituições e aos dirigentes do MEC a base de dados atualizado dos institutos, e auditados pelo Tribunal de Contas da União – TCU (COSTA, 2018).

Com efeito, para que se tenha mitigação dos dados referentes aos gastos por matrícula na perspectiva de sucesso na vida acadêmica, é necessário propor ações que perpassem pela construção histórica do indivíduo como ser social.

Em 28 de maio de 2019, foi criada uma Portaria SETEC 8/2019, Art.1º, que institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal (CPPE), com a finalidade de acompanhar e monitorar as ações das Instituições Federais que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica quanto ao cumprimento dos Planos Estratégicos para Permanência e Êxito dos Estudantes, no âmbito das competências da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC (BRASIL, 2019).

Cabe ressaltar os esforços que os Institutos Federais vem investindo, com ações e programas, com objetivo de garantir condições de acesso e permanência com êxito dos estudantes no percurso formativo, ações inclusivas e de assistência estudantil. Como por exemplo: ações de subvenção financeira, para pagar despesas de alimentação, moradia, transporte, materiais escolares, auxílio na participação de eventos, dentre outras ações.

Não cabendo aqui apontar para esta ou aquela direção, e sim apresentar através dos dados, indícios que levam para uma reflexão e a necessidade da elaboração de novas políticas públicas mais assertivas à instituição.

5 CONCLUSÃO

Em análise aos dados apresentados pelos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da Região Sul, nos períodos compreendidos 2017, 2018 e 2019, no que se refere a Matrículas, ficou evidente um aumento na quantidade de matrículas em 2019, acontecendo de forma gradativa no triênio.

No que se refere a Taxa de Evasão neste período, apresentou média de 39,31% no triênio, com pouca oscilação, com tendência a crescimento. A maior motivação apresentada foi o abandono e o cancelamento de matrículas.

A modalidade de curso FIC foi a que apresentou a maior taxa de evasão no triênio, não só nos Institutos Federais de Educação da Região Sul como nos demais Institutos Federais do Brasil.

Quanto a Taxa de Eficiência Acadêmica, sofreu aumento no triênio, não só na Região Sul, como nos demais Institutos Federais do Brasil. Os Institutos Federais da região sul apresentaram melhor desempenho comparado aos demais Institutos Federais no Brasil, sendo o ciclo de conclusão, o responsável por este aumento. A quantidade de alunos evadidos do ciclo sofreu uma redução significativa nos três últimos anos na região sul e nas demais regiões do país. Quanto ao percentual de alunos retidos no ciclo, apresentou aumento na região sul nos três períodos, bem como nas demais regiões do país.

Os gastos correntes em 2019 sofreram aumento de 12,56% a mais do que em 2017, compatível com a média da inflação neste mesmo período, 11,57%. O valor gasto por matrícula em 2019 foi de R \$15.362,54, inferior ao gasto por matrícula de 2017, embora tenha havido um aumento na quantidade de matrículas neste mesmo ano. Sendo o valor pago pelo gasto corrente 15,15% menor, quando aplicado a deflação no mesmo período.

A análise dos dados, constitui parâmetros para novas pesquisas e elaboração de novas políticas públicas de acesso e permanência do estudante na escola.

Na perspectiva da melhoria dos índices apresentados, se faz necessário realização de análise contínua dos dados, com intuito de compreender e dimensionar os impactos acadêmicos e de investimento na Instituição, de maneira a influir no sucesso ou o fracasso do processo formativo do estudante. Sem esquecer da escuta ao estudante, com propósito de dimensionar, entender e prevenir os fatores que o influenciam na decisão de evadir, corrigindo erros e ajustando trajetórias, acompanhando os dados, elaborando diagnósticos, planejando estratégias de prevenção e resgate, através de monitoramento sistematizado da frequência escolar e da aprendizagem dos estudantes. Por fim, conclui-se que “é praticamente impossível níveis zero de evasão e de retenção, sobretudo por razões que fogem completamente ao âmbito da política acadêmica. No entanto, é inerente uma política de trabalho sistematizado para que o problema seja delimitado e possa ter taxas aceitáveis” (MEC, 2014, p.29).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Banco Central

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Acesso em: 16 out 2020.

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. PNE. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm#anexo Acesso 17 out. 2020.

BRASIL. **Portaria N. 8, DE 28 maio de 2019.** Diário Oficial da União. Imprensa Nacional. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-8-de-28-de-maio-de-2019-149876333>. Acesso em 18 out 2020.

COSTA, S. R. **Gestão de custo por aluno em instituições federais de ensino:** estudo de caso do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/785/Trabalho%20de%20Conclus%C3%A3o%20-%20Silvana%20Richter%20Costa.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 17 set 2020.

DORE R. Evasão e repetência na rede federal de educação profissional. In: REDITEC, 37, Maceió, 2013. **Anais...** Maceió, 2013.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-789, 2011.

DORE, R.; LUSCHER, A.; BONFIM, C. Vocational upper secondary education and dropout in Brazil. International. In: RESEARCH NETWORK ON YOUTH EDUCATION AND TRAINING IN THE CONFERENCE: SCHOOL GRADUATION AND DROPOUT: INTERNATIONAL COMPARISONS, out. 2008. **Anals...** Universidade de Ca'Foscari, Veneza (Itália), 2008.

FERREIRA, E. C. DA S.; OLIVEIRA, N. M. DE. Evasão escolar no ensino médio: causas e consequências. **Scientia Generalis**, v. 1, n. 2, p. 39-48, 2020.

FREDENHAGEM, S.; COMETTI, N.; BONFIM, C. J. L.; ARAÚJO, F. D. A Voz da evasão. **Revista EIXO**, v. 1, n. 2, p. 2–19, 2012.

FREITAS, K. S. Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. **EccoS Revista Científica**, v. 11, n. 1, p. 247-264, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFSC. **Anuário Estatístico 2017, 2018.** Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/anuario-estatistico>. Acesso em: 25 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Educação profissional cresce em 2019 e alcança 1,9 milhão de matriculados; mulheres são maioria.** 2020. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/educacao-profissional-cresce-em-2019-e-alcanca-1-9-milhao-de-matriculados-mulheres-sao-maioria/21206#:~:text=O%20n%C3%Bamero%20de%20matr%C3%Adculas%20na,1.914.749%20matr%C3%Adculas%20no%20pa%C3%Ads.&text=Do%20n%C3%Bamero%20total%20de%20matr%C3%Adculas,7%25%20s%C3%A3o%20do%20sexo%20feminino. Acesso em 15 set 2020.

MANUAL TÉCNICO DE ORÇAMENTO - MTO 2019
<https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2019:mto2019-versao7.pdf>

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal**, p. 25 e 29, 2014. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril Acesso em 18 out 2020.

MEIRA, C. A. **Evasão escolar no ensino técnico profissionalizante um estudo de caso Campus de Cariacica no Instituto Federal do Espírito Santo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

NARCISO, L. G. S. **Análise da Evasão nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola?** 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Ano base 2017**. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>>. Acesso em 10 set. 2020.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Ano base 2018** Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>>. Acesso em 15 set. 2020.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Ano base 2019**. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>>. Acesso em 20 set. 2020.

PORTAL DO IFSC – Blog do Intercambista
<https://ifsc.edu.br/post-intercambistas/1971047/ifsc-em-n%C3%BAmeros#:~:text=O%20gasto%20corrente%20por%20matr%C3%ADcula,R%24%2015.741%2C98>). Acesso: 16/09/2020

QEdU. **Evasão Escolar**. Disponível em: <<https://academia.qedu.org.br/censo-escolar/evasao-escolar/>>. Acesso em 06 set 2020.

Portaria

REINAERT, J. N.; GONÇALVES. J. W. Evasão escolar: percepção curricular como elemento motivador no ensino para os cursos de administração estudo de caso. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA EM AMÉRICA DO SUL. 10., Mar del Plata, 2012. **Anais...** Mar Del Plata. 2012.

RUMBERGER, R. W. **Why students drop out of school: What can be done about it**. Santa Barbara, CA: University of California, California Dropout Research Project. New York: Harvard University Press, 2011.

SANTOS, P. K.; GIRAFFA, L. M. M. Evasão na educação superior: um estudo sobre o censo da educação superior no Brasil. In: TERCERA CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR. 3., 2013, Rio Grande do Sul. **Anais...** PUCRS, 2013.

SILVA, E. G. **A evasão escolar na perspectiva docente e discente: um olhar para a permanência estudantil em cursos técnico profissionalizantes (nível médio)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2019.

SILVA FILHO, R. L. L. A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641-59, 2007
<https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>.

SILVA, W. A.; DORE, R. O Programa de Educação Profissional de Minas Gerais e a evasão escolar: um estudo preliminar, UFMG, (2008-2010). **Educação em Foco**, v. 14, n. 18, p. 75-95, 2011.

SILVA, M. R.; PELISSARI, L. B.; STEIMBACH, A. A.. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 403-417, jun. 2013.

SILVA, F. I. C.; RODRIGUES, J. P.; BRITO, A. K. A.; FRANÇA, N. M. Evasão escolar no curso de educação física da Universidade Federal do Piauí. **Avaliação (Campinas)**, v. 17, n. 2, p. 391-404, 2012.

TERRAÇO ECONÔMICO

<https://terracoeconomico.com.br/por-que-e-como-inflacionar-deflacionar-valores/>

WILBERT, M. D.; D'ABREU, E. C. C. F. Eficiência dos gastos públicos na educação: análise dos Municípios do Estado de Alagoas. **Advances Scientific Applied Accounting**, v. 6, n. 3, p. 348-371, 2013.